

Uma oportunidade para a defesa das quotas leiteiras

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia
Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados
Exmo. Sr. Presidente do Governo
Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

A Agricultura é, e cada vez mais, uma actividade horizontal a toda a sociedade, pois encontra-se no centro dos grandes desafios que a humanidade enfrenta.

Uma actividade que estabelece compromissos para processos tão vitais como as mudanças climáticas, a soberania e a segurança alimentar, as novas energias, a preservação ambiental, o ordenamento do território, a saúde humana, entre outras e outras funcionalidades.

Nos Açores e atendendo às suas especificidades estes aspectos ganham uma substancial importância.

Todavia, é preciso não perder de vista a função produtiva da Agricultura, porque na Região é a sua base económica e o sustento do seu progresso, sobretudo, a produção de leite.

Desde o início do povoamento destas ilhas que a produção de leite assumiu um peso significativo na subsistência e no rendimento das populações, tendo sido o único produto pecuário que conseguiu atravessar os tempos e alcançou grandeza produtiva.

O peso deste bem alimentar nos Açores é de tal modo significativo que actualmente representa mais de 30% do total da produção nacional.

A fileira leiteira adquiriu uma situação de predomínio no seio da Agricultura regional, particularmente, quando se observa a falta de alternativas neste Arquipélago.

Acima de tudo, este é um produto que ultrapassa a dimensão económica representando um relevante factor social, onde se destaca a fixação de pessoas em Ilhas tendentes ao abandono humano, evidencia a matriz familiar da Agricultura, promove a criação de emprego e contribui para várias actividades de complemento de rendimento a muitas famílias.

Possui, assim, uma marcante dimensão multifuncional nos Açores, pelo que deve ser encarado como um “bem público”.

A sua multifuncionalidade é de tal ordem que uma crise no leite tem um “efeito dominó” em toda a Agricultura da Região e uma crise na Agricultura é uma crise na nossa economia.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia
Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados
Exmo. Sr. Presidente do Governo
Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

A produção de leite na União Europeia, obedece a uma disciplina produtiva regulada por um sistema de imposição suplementar.

O regime de quotas surge para aproximar a oferta da procura, evitando-se os grandes excedentes e eliminando os grandes encargos orçamentais da União em armazenagem, mas, principalmente, para estabilizar o rendimento dos produtores.

Neste sentido, esta autorização administrativa resulta numa vantagem para as Regiões desfavorecidas como a nossa, com permanentes condicionalismos geográficos, onde se inclui a distância, a pequena dimensão, a dispersão geográfica e a forte dependência de um pequeno grupo de produtos.

Acresce a estas desvantagens alguns ecocondicionalismos que interessa conservar e proteger como a diversidade genética e o meio natural.

A supressão das quotas leiteiras pós 2015, isto é, uma liberalização de forma “selvagem”, terá repercussões negativas sobre o rendimento dos Produtores de leite da Região, das Indústrias transformadores e, genericamente, sobre os Açores.

Os produtores são o elo mais fraco e, certamente, onde as implicações negativas farão mais danos.

As Indústrias transformadoras têm vindo a efectuar robustos investimentos na sua reestruturação e modernização, algumas para além da actual capacidade de produção de leite dos seus universos de recolha e transformação.

Interessa, porém perceber, que apesar de todas as limitações que se indica ao regime de regulação da produção de leite, ainda não surgiu nenhum sistema alternativo com vantagens.

Nenhuma opção parece valorizar uma aproximação de “preço justo” capaz de cobrir os custos de produção e de remunerar de forma digna o difícil trabalho dos Agricultores.

Aliás, as quotas já estiveram para terminar três vezes, representando uma velha ambição, sem sucesso, de alguns Estados Membros como a Dinamarca ou a Holanda que no passado provocavam as chamadas “marés brancas”.

A favor destes Países está o facto de na última campanha 2010/2011, a produção global da União Europeia ser inferior em 6% à quota total, mas com a Dinamarca e os Países Baixos a ultrapassar a sua quota. Situação que cria um argumento de pressão para a abolição do sistema.

Mas também é verdade que a Europa ficou a saber dos efeitos nefastos da ausência de regulação aquando da crise dos alimentos o que provocou um recuo na vontade de liberalização dos mercados. Um erro quase fatal.

Nesta vontade de liberalização da União Europeia preocupamo-nos de sobremaneira, as negociações da OMC onde a Agricultura continua a ser a moeda de troca. É preciso uma liberalização comercial que seja equilibrada. Deve-se exigir aos parceiros comerciais externos os mesmos critérios produtivos que se exige cá dentro.

Uma reivindicação de ajustamento que tem de se manter acesa, muito acesa naquela que é a estratégia “Europa 2020”.

Compreenda-se, que o fim das quotas não é um problema só nosso. Cremos que o seu término implicará um afastamento dos objectivos de coesão a nível europeu. É o próprio modelo social que está em causa, pois é o leite e os lacticínios que mantêm humanamente ocupadas as zonas de montanha, as afastadas, as ultraafastadas e as de interior. Se quisermos é um sinónimo de paz social.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia
Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados
Exmo. Sr. Presidente do Governo
Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

Surge, neste momento, a possibilidade contextual e institucional de afirmar esta pretensão para lá de 2015.

A Comissão Europeia apresentou publicamente as suas propostas de regulamento para a PAC depois de 2013 e onde mantém a decisão da supressão do sistema de quotas leiteiras. O próximo passo cabe ao Parlamento Europeu, pronunciando-se sobre estas propostas.

Com Tratado de Lisboa o Parlamento Europeu passou a ter poderes de co-decisão com o Conselho em matéria de agricultura. E aqui reside o nosso trunfo.

Urge, deste modo, sensibilizar os decisores da República, do Parlamento Europeu e da Comunidade Europeia para a aceitação e a concretização de medidas que permitam criar competitividade e sustentabilidade à bovinicultura de leite neste Arquipélago. E isto só se consegue com algum protecționismo, gestão e regulação.

Este Parlamento, por iniciativa do PSD e com os contributos dos restantes Partidos Políticos, já deliberou na defesa da manutenção do sistema de quotas leiteiras na União Europeia (Resolução n.º 3/2008/A).

Agora, é tempo de aproveitar uma “porta aberta” através do Parlamento Europeu. E nós não podemos perder nenhuma porta que se abra ou esteja semi-aberta. Seria uma irresponsabilidade.

Com esta iniciativa o PSD pretende que esta Assembleia, pelo diálogo, estabeleça a unidade possível à volta desta causa, nos vários níveis de decisão, que permita concretizar o objectivo da manutenção da regulação da produção de leite pós 2015 na União Europeia.

Surgem, para este diálogo, novos fundamentos que se aliam aos conhecidos.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia
Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados
Exmo. Sr. Presidente do Governo
Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

A produção de leite é um assunto de superior interesse Regional e como tal exige o esforço, a disponibilidade e a concertação de todos.

Disse

António Ventura

21/10/2011